



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000152-60.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **SANTOS PEDRO**  
 Requerida: **JULIANA REGINA VIEIRA DA SILVA**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**SANTOS PEDRO** move ação em face de **JULIANA REGINA VIEIRA DA SILVA**, dizendo que é proprietário do imóvel situado nesta cidade, na rua Deputado Antônio Donato, 632, Jardim Gramado II, Residencial José Zavaglia. Verbalmente celebrou contrato de comodato com a ré para esta ocupar o imóvel por 30 dias, cujo prazo final se exauriu em 16.11.14, sem que a ré lhe restituísse o imóvel. Notificou-a judicialmente em 15.12.14 e até agora a ré não se dignou a lhe devolver o imóvel. A ré cometeu esbulho possessório. Pede a procedência da ação para reintegrar o autor na posse do imóvel, condenando a ré ao pagamento de indenização pela ocupação indevida do imóvel desde 25.12.14, além de honorários advocatícios.

A ré foi citada à fl. 41. A liminar de reintegração de posse foi deferida à fl. 48, que foi executada à fl. 52.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso II, do art. 330, do CPC. A ré recolhe os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos articulados na inicial e que se apoiam na sólida prova documental produzida pelo autor desde a formulação do pedido.

O autor já foi imitado na posse do imóvel por força da decisão de fl. 48, executada à fl. 52. A ré não ofereceu mínima resistência à pretensão exercida pelo autor. Ademais, na condição de proprietário do pequeno imóvel social, comprovou ter sido vítima do esbulho possessório levado a efeito pela ré, que não lhe restituiu o imóvel mesmo depois de constituída em mora através de regular notificação judicial.

A ré pelo visto vive abaixo da linha da miséria. Não tem casa própria. Precisou dos favores



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

do comodato para se abrigar por breve período. Exaurido esse prazo não tinha sequer para onde ir. Caso de miséria social. Não adianta arbitrar indenização pela ocupação injusta. O objetivo maior do autor foi satisfeito, qual seja, a recuperação da posse direta do imóvel.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para confirmar a reintegração de posse do autor no imóvel referido na inicial, providência já ultimada à fl. 52. A ré não ofereceu mínima resistência ao pedido inicial, pelo que a isento do pagamento das custas e honorários advocatícios, reconhecendo a sua hipossuficiência.

P.R.I. Depois de certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**